

A Circunstância do Estado Exíguo

José Filipe Pinto*

A revista *Segurança e Defesa* lançou, no dia 16 de setembro de 2009, no Instituto de Defesa Nacional, a obra *A Circunstância do Estado Exíguo* da autoria de Adriano Moreira e publicada pela Editora Diário de Bordo.

Trata-se de uma compilação de conferências que o autor proferiu sobre um tema que, como afirma na nota prévia, lhe parece «ser um dos mais inquietantes da evolução do Estado português, desde que em 1974 foi colocado um ponto final no secular conceito estratégico nacional».

De facto, esta temática revela-se muito pertinente, pois, apesar dos sucessivos apelos ou avisos nesse sentido, Portugal ainda não construiu um novo Conceito Estratégico Nacional e o poder político parece considerar que o atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional se revela suficiente para definir a missão de Portugal no Mundo.

Como o livro é uma coletânea de textos sobre a mesma temática, mas produzidos em datas que vão desde 1999 a 2007, a organizadora da obra – Madalena Requixa – poderia ter usado o elemento cronológico como critério organizativo. No entanto, não foi esta a sua escolha porque se a temática é constante, o mesmo não se passa com as problemáticas abordadas nos diferentes textos. Assim, a organizadora trocou um critério de fácil justificação e que seria objeto de consenso, por um outro que lhe exigiu a leitura crítica dos textos de todas as comunicações como forma de proceder ao respetivo agrupamento.

* Professor Catedrático e Subdiretor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Subdiretor da ResPublica, Subdiretor do CICPRIS e Investigador na linha em Africanologia e Lusofonia da UEICTS

Ora, de acordo com esse critério que se saúda, desde logo pelo esforço organizativo que requereu, os textos foram agrupados de acordo com as problemáticas e o livro, depois da nota prévia e de uma introdução intitulada «Desafios de Portugal» – conferência realizada no Porto em 16 de novembro de 2006 – apresenta seis capítulos cujos títulos são elucidativos do respetivo conteúdo.

Assim, o capítulo I – «Até ao Fim da Utopia» – consta de oito textos para visitar marcos da História e da vida de Portugal, como o legado presente no ativo da expansão – *Os Lusíadas* – ou o V Império, sem esquecer a identidade nacional e o tempo tribulo português.

Importa, porém, salientar que não se trata de um capítulo de saudosismos ou de visões de antanho, mas da esperança na «ressurreição pelo espírito» do V Império de Agostinho da Silva.

O capítulo II aborda a questão das fronteiras e, por isso, o título *As Fronteiras* parece uma escolha feliz para o conjunto dos sete textos, num capítulo onde a conjuntura interna é vista à luz do sistema internacional, clara demonstração de que o autor partilha das ideias – que já foram de Almeida Garrett – sobre a circunstância da exogeneidade de Portugal decorrer da sua História.

A colocação do título no plural aponta para o facto de se dever juntar à fronteira física ou geográfica, uma outra económica – hoje também política – outra de segurança e ainda uma quarta de dimensão cultural. O facto da fronteira cultural surgir aqui em último lugar não significa que seja essa a sua posição numa pretensa hierarquia de importância. Aliás, o capítulo III denomina-se «Encontro das Áreas Culturais» e as suas quatro comunicações apontam para as discrepâncias entre a realidade existente e aquela que é desejada e necessária porque Adriano Moreira considera que a Aliança de Civilizações representa a solução que melhor serve os interesses da Humanidade.

Este capítulo, ao retratar as dificuldades de relacionamento entre as culturas, serve quase como elemento introdutório do capítulo IV – «Insegurança Global» – o qual, nos seus três textos, denuncia o passivo derivado da falta de diálogo que impede a construção de uma nova ordem mundial.

Sem deixar de referir os problemas atuais, o capítulo V – «Nem Guerra nem Paz» – já entreabre a porta da esperança porque os seus nove textos definem funções e prospectam compromissos assentes no respeito pelos valores.

O capítulo VI – «Competição do Atlântico aos Urais» – é aquele cujo título parece mais questionável porque as três comunicações tratam da questão da educação e do papel da universidade numa fase de mudança de paradigma. Aceitando que os textos defendem a necessidade da universidade preparar para uma vida cada vez mais competitiva e mais global, sou do parecer que um título feito a partir dos títulos dos três textos seria mais indicado. Talvez «A Universidade e o Paradigma Prospetivo da Educação».

Como é evidente, este aspeto não é suficiente para diminuir a elevada qualidade que a organização da obra evidencia.

Quanto à qualidade dos textos – aos níveis conceptual, argumentativo e linguístico – é aquela a que Adriano Moreira habituou os leitores e os ouvintes. De facto, se o primeiro cronista, Fernão Lopes, criou um estilo coloquial, cheio de imagens visuais e sonoras, que permitia ao leitor sentir-se presente nas ações que eram narradas, Adriano Moreira cultivava um estilo argumentativo que, face à lógica expositiva, prende o leitor, talvez porque o pormenor sabe embelezar o discurso mas a vereda nunca se sobrepõe à estrada.

Uma última palavra para referir que os votos do autor «vão no sentido de que o tema perca atualidade, por terem desaparecido os sinais de aviso, silenciados por uma recuperação de capacidade, de projetos e de participação cívica, com alegria e confiança no futuro».

Numa fase de crise conjuntural, que torna mais evidente a crise estrutural portuguesa, sabe bem ouvir estes votos de esperança na construção de um projeto verdadeiramente comum.

A leitura deste livro pode ajudar a abrir uma janela da esperança para os portugueses conscientes e inquietos.

Oxalá, o poder político saiba ver os sinais dos tempos e ouvir a voz do povo, que, no saber acumulado ao longo das gerações, defende que «quem te avisa, teu amigo é»!